

AZEVEDO, Thales de.

As Elites de cor numa  
cidade brasileira

Salvador: EDUFBA, 1996

✓  
NADA!!!

## A POLÍTICA

Qualquer brasileiro, ao atingir aos 21 anos de idade, pode ser registrado como eleitor desde que saiba ler e escrever e exerça uma profissão lícita. Não importa o seu tipo físico: a lei não faz distinções e os funcionários eleitorais não criam obstáculos ao alistamento das pessoas de cor de um ou de outro sexo. Todos podem, assim, gozar do direito democrático de votar e ser votado.

O número de eleitores no Estado da Bahia é de 875 mil e na cidade de 139.500, entre os quais uma elevadíssima proporção de cor. E o número dos últimos está rapidamente crescendo porque a ascensão social das massas proletárias se faz no Brasil pela conquista de vantagens e segurança econômicas, mas sobretudo pela aquisição de consciência política e pelo acesso aos direitos civis. Desse ponto de vista, a política têm o máximo empenho em promover o alistamento de grandes números de pessoas das camadas inferiores, entre as quais se contam maioria de pretos e mestiços, porque são a gente mais dependente e menos instruída e, por isto, mais dócil à propaganda e à demagogia.

Nos meses que precedem as eleições gerais, realizadas simultaneamente cada quatro anos em todo o país, os candidatos aos cargos políticos gastam somas consideráveis e desdobram-se em esforços, pessoalmente e por intermédio dos seus *cabos eleitorais*, para convencer muita gente a registrar-se como eleitor. Os favores que prestam a estes eleitores são um dos meios com que contam para obter os seus votos. Em consequência, os políticos mais populares são os que, mostrando ou fingindo não terem preconceitos de classe e de cor, mais se aproximam dos eleitores humildes, apertando a sua mão e abraçando-os onde os encontram, visitando-os em suas casas ou recebendo-os em suas próprias residências e escritórios e, depois de eleitos, fazendo-lhes as mesmas demonstrações em público ou no interior dos palácios governamentais ou das câmaras de representantes. Muitos políticos são, além disso, ajudados por cabos eleitorais pretos e mulatos que



prolongam até os dias atuais a lealdade, e dedicação de seus ascendentes às famílias de que estes foram escravos.

Antigamente, diz um informante, o homem de cor escura não entrava na política; era *cabo eleitoral*, mas raramente se candidatava ou se inscrevia nos partidos. Apesar disso, entre os membros do Conselho Municipal da Bahia havia sempre um ou dois pretos de profissões modestas, eleitos por influência de chefes políticos. Para a Assembléia Legislativa Estadual eram eleitos alguns morenos e mulatos de *status* mais ou menos elevado. Com a revolução política de 1930 criou-se, nas câmaras estadual e federal, a representação classista; dessa maneira vários pretos e mulatos escuros das profissões manuais foram eleitos como representantes dos seus sindicatos. Extinta a representação sindical desde 1937, os homens de cor continuam a tentar a sua classificação social através da participação na vida dos partidos, fenômeno que não é inteiramente novo senão porque envolve escuros de condição social modesta, pois desde o regime monárquico vários mestiços, portadores de títulos nobiliárquicos concedidos pelo imperador, representaram a Bahia no parlamento do Império e ocuparam pastas nos ministérios nacionais. Pelo menos três ministros do Exterior, escolhidos entre estadistas baianos no Império e na República, foram mestiços de grande talento e prestígio social e político. Um dos mais brilhantes deputados federais baianos no regime republicano instaurado em 1889 foi um mulato escuro, engenheiro sanitarista, historiador e lingüista de renome. Referindo-se a este intelectual, alguém disse a um jovem escuro: "Você não chegará a Presidente da República mas ao menos à projeção de um Teodoro Sampaio". Referindo-se à tradição descrita, um membro do mais alto tribunal de justiça baiano, mestiço de elevado conceito social e intelectual, afirmou num discurso que a Bahia sempre teve a primazia dessa tradição "de liberdade e de igualdade entre homens que não pertenciam à mesma raça e, às vezes, até à mesma religião"<sup>61</sup>.

<sup>61</sup> Des. Peryllo Benjamin in *Discurso proferido pelo Des. Demétrio Ciriaco Ferreira Tourinho*. Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, na solenidade de instalação dos trabalhos do Tribunal de Justiça, no Forum Ruy Barbosa, em 1 de março de 1951, Imprensa Oficial da Bahia, 1951, p. 50.

Nas últimas campanhas eleitorais as atitudes de alguns candidatos para com a gente de cor foram exploradas a favor de uns e contra outros. O mais importante episódio dessa natureza foram os rumores, espalhados em 1945, de que um dos candidatos à presidência da República nutria preconceitos de cor, não permitindo a admissão de pretos e escuros nos serviços de aviação militar que dirigia. Acredita-se que isto contribuiu para diminuir a votação deste candidato na Bahia, apesar dos grandes esforços que o seu partido despendeu para atenuar a generalizada má impressão que, mesmo entre brancos, produziram aqueles rumores. Por ocasião da campanha de 1950 os adeptos de um dos candidatos a governador do Estado distribuíram um boletim em que atacavam um jornal favorável a outro candidato porque aquele publicara um artigo, cujo autor dizia que as pretas hoje em dia tornam-se ridículas por imitarem em tudo as brancas. Nestes dois casos procurava-se tirar proveito de intrigas entre os candidatos e o eleitorado.

De outro lado, uma associação nacional de homens de cor recomendou ao eleitorado baiano, por meio de folhetos impressos, um branco, candidato a deputado federal, por ser este "um batalhador da democracia racial e da causa da valorização das massas pigmentadas que integram o povo brasileiro". Mas uma recomendação como esta ou o fato do candidato ser de cor pode não ter nenhuma influência para a sua eleição, como atestaram os resultados do pleito passado. Um jovem advogado mulato escuro, de personalidade atraente, foi duas vezes candidato a um cargo municipal eletivo; os seus amigos diziam-lhe que, como homem de cor, certamente teria facilidade em ser eleito. Entretanto não o foi e exatamente no distrito da cidade em que se concentra grande parte do proletariado de cor, teve muito poucos votos.

Se bem que alguns líderes escuros pensem que o seu grupo deveria ter representação própria junto ao governo <sup>62</sup>, o eleitorado não parece decidir-se por tal critério. Algumas vezes, porém, a cor

<sup>62</sup> Um escritor moreno afirmou que "os negros que formaram a nossa economia... já definitivamente aculturados e envolvidos reclamam, agora, pela voz de gerações subsequentes, uma posição melhor e mais digna, uma participação mais direta, também nas responsabilidades e nos destinos do Estado", cfr. W. Morais, *A Tarde*, Bahia, 21.10.1950.



do candidato é considerada um símbolo do seu *status* e de suas conexões com as camadas inferiores da população. Um dos políticos mais populares da cidade, repetidas vezes eleito para a Câmara Municipal como “um autêntico representante do povo” é um advogado não diplomado, mulato.

Na diretoria de qualquer dos partidos locais é possível encontrar pessoas de cor, embora os partidos “populistas” e “trabalhistas” reúnem sempre mais pretos e mulatos do que os do centro e da direita.

Um preto escuro participa da diretoria de um daqueles partidos ao lado de brancos e morenos, alguns dos quais têm exercido funções prestigiosas no governo estadual. Um comerciante mestiço, rico e de maneira educada, além de ser um dos dirigentes de um forte partido centrista, foi eleito deputado federal nas passadas eleições. Ambos exercem influência e controle sobre seus partidos devido à dedicação e ao apoio financeiro que prestam àqueles. O partido comunista não tem existência legal, mas, segundo alguns informantes, explora as dificuldades da gente pobre estimulando o antagonismo de raças; o jornal que publica na Bahia e os candidatos que apresenta através outros partidos, recebem algum apoio da gente pobre de cor; um dos seus dirigentes mais fortes é um profissional mulato.

Nas últimas eleições numerosos escuros candidataram-se a cargos políticos, mas os registros dos mesmos no Tribunal Eleitoral não incluem indicações sobre o respectivo tipo físico. Mas entre os 103 atuais representantes do povo baiano nas assembleias legislativas federal, municipal e estadual, existem cerca de trinta por cento de morenos e pardos, alguns bastante escuros. Vários deles gozam de muito prestígio e deve-se registrar que absolutamente não se agrupam, naquelas câmaras, segundo os seus tipos ou a sua origem racial. Os políticos fazem juntos as suas excursões e campanhas eleitorais, e o seu prestígio não depende da sua cor mas dos seus traços de personalidade e dos partidos ou chefes políticos que estão ligados. É comum ler nos jornais convites, assinados por pessoas de “qualidades” diferentes, para homenagens a políticos igualmente diferentes. Um deputado baiano considera-se uma das pessoas com mais traços de negro entre os membros

do parlamento nacional, mas isso não cria embaraços à sua ação política. Conta-se até que um outro deputado, branco, mais de uma vez falando da tribuna do mesmo parlamento se tem apresentado como “mulato baiano” para identificar-se melhor como representante do Estado da Bahia.

Há três ou quatro decênios atrás, entre os insultos dirigidos aos adversários políticos em artigos de jornal e até em discursos nas assembleias legislativas, era freqüente o epíteto “mulato” ou “negro”. Hoje isso é menos freqüente porque o estilo das lutas políticas perdeu muito do seu caráter de retaliação recíproca entre os políticos.

Um episódio dos últimos anos mostra, contudo, que os antagonismos partidários ainda podem expressar-se da mesma maneira. Enquanto um moreno de grande prestígio moral e intelectual ocupou um alto cargo da administração pública baiana nenhum dos seus adversários políticos referiu-se publicamente à sua “casta”. Depois, entretanto, que deixou aquele cargo, um jornal de outra cidade, criticando os seus atos, publicou um comentário intitulado “Perfil administrativo de um pardavasco”, em cujo texto repetia-se os qualificativos “mulato” e “pachola” como depreciativos<sup>63</sup>.

Outro político, condenando também a sua atuação no governo, pronunciou um discurso contra aquilo a que denominou de “democracia crioula do crioulo X”<sup>64</sup>. A expressão “crioulo” é aqui empregada não no sentido de natural do país, aplicada mesmo a brancos nos países ibero-americanos, mas de preto ou descendente de negro nascido no Brasil. É igualmente recente o episódio, ocorrido no parlamento nacional, em que um político de outro Estado, julgando-se ofendido pelo jornal dum industrial baiano, mulato branqueado, fez um violento discurso chamando a este de “mestiço de baixa estratificação” e o convidou para um duelo no estrangeiro<sup>65</sup>. Agressões desse tipo, aliás, nem sempre partem de brancos finos; em mais de um caso têm sido cometidas por “brancos na cor”.

<sup>63</sup> O Radical, Rio, 20.IV.1951 e 15.IX.1951.

<sup>64</sup> Diário Oficial, Bahia, 19.X.1951, p. 2091.

<sup>65</sup> A Tarde, Bahia, 5.X.1951.



Conquanto poucas vezes um preto ou mestiço muito escuro haja subido a posições políticas muito altas, é indiscutível que a política oferece às pessoas de cor um dos canais de classificação e de ascensão social na sociedade baiana, muito embora aquelas agressões traduzam certo antagonismo contra os escuros que ascendem politicamente. Há algum tempo atrás o líder do partido governista na Assembléia Legislativa Estadual era aquele "curiboca roxo" a que antes se fez referência. Por isso a Bahia vem sendo, há muito mais de cem anos, "governada pelos brancos e pelos que assim se consideram"<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> von Spix e von Martius, *Através a Bahia*, 2a. ed., Bahia, 1928, p. 75.

## A BUROCRACIA

Em todas as repartições públicas da Bahia vêm-se funcionários de cor, especialmente nos cargos mais modestos. No passado, e ainda, em muitos casos em nossos dias, os funcionários públicos eram admitidos por influência de políticos ou de membros influentes da própria administração pública. Desse modo ingressaram nas repartições oficiais muitos funcionários escuros sem que a isso se opusesse qualquer barreira ou resistência. Mais cedo que os governos estaduais e municipais, a administração federal instituiu o regime de concursos de habilitação para o preenchimento dos seus quadros técnicos e mesmo para os meramente burocráticos. Segundo um mestiço que ingressou na burocracia em 1920, "no funcionalismo federal não há favoritismo pelos brancos, porque os cargos são preenchidos por concursos e não se faz oposição à inscrição dos candidatos de cor. Um preto ou mulato educado, tratável, competente, é aceito como companheiro ou como chefe sem aborrecimento da parte dos brancos. A não ser quando grosseiros, prevalecendo-se da posição de chefes de serviço para fazer exigências exageradas a brancos e pretos, ninguém se lembra da sua cor".

Com o aperfeiçoamento do sistema de concursos realizados por meio de exames escritos, cujos autores não são identificados pelos membros das comissões julgadoras, um número crescente de escuros ingressa no serviço público, em todo o Brasil, sendo raros os candidatos que se julgam vítimas de discriminação racial. Esse sistema vem sendo introduzido no âmbito estadual e municipal, de maneira que aumentam as oportunidades para quaisquer pessoas que se mostrem habilitadas. Como, porém, ainda influi muito no serviço civil o apoio que os candidatos possam ter de um político ou dum amigo dos administradores da ocasião, compreende-se que as pessoas mais modestas tenham maiores dificuldades em ser nomeadas depois que foram aprovadas; pela mesma razão têm mais dificuldades em obter cargos vantajosos e nos quais possam subir a posições de destaque.

No período colonial, alguns dos participantes duma revolução popular ocorrida na Bahia queixavam-se de que, por serem pardos não eram admitidos a acesso algum, e por isso queriam estabelecer um governo de igualdade em que brancos pardos e pretos, sem distinção de cores, fossem julgados somente por sua capacidade <sup>67</sup>. Antigamente, diz um preto, não se via sequer um moreno em cargos de destaque, o que não é de todo verdadeiro, pois os mestiços sempre tiveram atuação de relevo na administração pública do Brasil desde os tempos coloniais. Hoje, opina outro informante, “sobem os incompetentes por proteção, enquanto que os capazes sobem pelo mérito, independentemente da cor”. Ele mesmo, apesar de preto retinto, tem chefiado seções em que trabalham brancos e escuros, sentindo-se muito estimado e considerado pelos colegas. Outros são de opinião que os pretos, embora admitidos sem dificuldade grande, não têm acesso, senão excepcionalmente, aos cargos de direção, os quais são ocupados temporariamente, em comissão, por escolha individual dos governantes e dos funcionários mais graduados. Dois informantes ilustram as suas afirmativas com o caso de um preto que “trabalhou muito, durante uma campanha eleitoral, em favor de um certo partido, e no entanto, este, uma vez no poder, não lhe ofereceu, como se esperava, nenhum cargo à altura da sua capacidade, ao passo que vários brancos foram nomeados para cargos importantes, embora não tivessem mais merecimento do que aquele”. Casos dessa ordem por certo que não podem ser simploriamente atribuídos a preconceito de cor, sem uma análise de outros aspectos.

Quanto aos mestiços, as coisas passam-se de modo algo diverso. Eles têm oportunidades e, de acordo com a sua capacidade, são chamados para cargos de responsabilidade, apesar de predominarem os brancos no serviço público. As mulheres de cor, à medida que se eleva o padrão médio de instrução entre as mesmas, vão ingressando no serviço público em concorrência livre com as brancas. Numa das mais importantes repartições da Bahia o controle contábil das vultosas verbas de que dispõe aquela

<sup>67</sup> Afonso Ruy, *A primeira revolução social brasileira-1798*, 2a. ed., Bahia, 1951, p. 77.

anualmente está quase unicamente nas mãos de uma mulata escura que conferência freqüentemente com o secretário de Estado, imediatamente subordinado ao governador e que é o responsável por aquele setor da administração estadual. Existem, além disso, numerosas moças dos mais variados graus de mestiçagem em cargos públicos de todas as categorias.